

## Ref.ª C – CP

### BIBLIOGRAFIA GERAL

- [Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro](#), na sua atual redação — Regime Jurídico das Autarquias Locais das Entidades Intermunicipais, da transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico **(limitado apenas aos Títulos I e III)**;
- [Anúncio n.º 72/2014 publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 56, de 20 de março](#) — Estatutos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro;
- [Lei n.º 35/2014 de 20 de junho](#), na sua atual redação – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

### BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

- [Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro](#), na sua redação atual – Código dos Contratos Públicos (CCP);
- [Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro](#), na sua redação atual - Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais **(limitado apenas ao Título I; Título III e Título IV)**;
- [Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro](#), na sua atual redação – Orçamento de Estado para 2024 **(limitado apenas à Secção IV – Aquisição de Serviços)**;
- [Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto](#), na sua atual redação – Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública;
- [Portaria n.º 318-B/2023 de 25 de outubro](#), na sua atual redação – Regula o funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «portal BASE», previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e à aprovação dos modelos de dados a transmitir ao portal BASE, para efeitos do disposto no CCP;
- [Lei n.º 98/97 de 26 de agosto](#), na sua atual redação - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas **(limitado apenas aos Artigos 44.º a 48.º e 81.º a 86.º)**;
- [Resolução n.º 3/2022-PG de 8 de abril de 2022](#) - Instruções relativas à organização e tramitação dos processos de fiscalização prévia do TdC e condições gerais de utilização da Plataforma eContas;
- [Lei n.º 67/2007 de 31 de dezembro](#), na sua atual redação - Responsabilidade civil extracontratual do Estado e pessoas coletivas de direito público.